



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 143 NÚMERO 3102 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
MAIO 2022 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

Nuno Ramos de Almeida

É jornalista há mais de trinta anos. Passou pelas principais redações nacionais e conhece bem o sistema de produção mediática. Falámos com ele também a propósito da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, onde critica o papel de jornalistas que se assumem propagandistas, esquecendo as regras do jornalismo. **págs. 8 e 9**



GUERRA

Batalha de Donbass

A guerra aberta na região de Donbass, onde as tropas russas e separatistas procuram controlar este território de maioria russófona. Cerca de metade das regiões de Donetsk e Lugansk está nas mãos das forças ucranianas, numerosas e bem entrincheiradas desde o começo da

guerra civil em 2014. Perto de Mariupol, está Mangush, localidade que abriu telejornais em todo o mundo por causa da alegada existência de valas comuns. A Voz do Operário esteve no local, visitou o cemitério, hospitais, morgues e falou com várias testemunhas. **págs. 6 e 7**



A VOZ DO OPERÁRIO Casa de Abril

Casa de Abril, durante o mês da revolução leva a cabo um conjunto de actividades que envolvem toda a sua comunidade. Dos mais pequeninos aos adultos, todos discutem a importância desta data e das construções que dela emergiram. **pág. 4**



Programa do Governo

Na base do terceiro programa do Governo, que foi discutido pela Assembleia da República no início de Abril, esteve o programa eleitoral do PS às eleições legislativas. A discussão terminou com o chumbo da moção de rejeição do Chega, que teve votos contra de PS, PCP, BE, PAN e Livre e abstenções de PSD e IL **pág. 13**



Lucros vs salários

Portugal caracteriza-se por uma elevada desigualdade na distribuição da riqueza, nomeadamente entre o trabalho e o capital, contexto agora agravado pela acentuada subida de preços de bens e serviços essenciais, com o Governo a anunciar que não iria rever a política salarial para evitar uma “espiral inflacionista”. **pág. 16**



Economia de Guerra: pagam os mesmos

A guerra provoca efeitos que variam em função da posição que cada um ocupa. Ao mesmo tempo que esta realidade ganha forma, com a inflação a disparar, vão-se perpetuando alguns dos dramas humanos que mais afligem quem paga todo o investimento em armamento – os trabalhadores e os povos. **pág. 14**

O aumento do custo de vida e o Orçamento do Estado para 2022

Manuel Figueiredo,
 Presidente da Direção

O aumento do custo de vida, que já se vinha acentuando nos últimos tempos, foi agora drasticamente agravado em consequência (e também com o pretexto) da degradação da situação internacional.

A resposta imediata a esta situação terá de passar pelo combate à especulação e à subida dos preços e pelo aumento dos salários e das pensões de reforma, o que constitui a mais importante e decisiva medida para impedir a corrosão do poder de compra e o empobrecimento acelerado de milhões de portugueses.

Todavia, as recentes medidas anunciadas pelo Governo não vão nesse sentido e ao invés, invocam o combate à espiral inflacionista para não aumentar salários e pensões deixando campo aberto à especulação que está na sua origem.

A recusa de qualquer medida de aumento dos salários e pensões significará o regresso dos cortes, agora não por via de uma decisão formal mas pela perda real de poder de compra, impondo aos trabalhadores, aos reformados e ao povo em geral a degradação das suas condições de vida.

A anunciada redução de impostos sobre os combustíveis, deveria ser acompanhada por medidas de controlo e fixação de preços, não permitindo que os grupos económicos continuem a aumentar os preços de forma especulativa, nem possibilitando que as petrolíferas e os grandes grupos da distribuição continuem a promover subidas especulativas dos preços, colocando a redução das receitas fiscais a subsidiarem os seus lucros.

Quanto à atividade produtiva, é urgente uma intervenção no sentido não só de travar o agravamento dos custos dos fatores de produção (designadamente a energia) mas também das margens de intermediação da grande distribuição. O exemplo do que se passa com a agricultura e as pescas é particularmente significativo: os pescadores e os agricultores não recebem o valor justo pela sua produção e são pagos em alguns casos abaixo dos custos de produção, mas os consumidores pagam preços cada vez mais elevados, designadamente pelos bens alimentares, o que é explicado pelo facto de pelo meio os grupos económicos da grande distribuição acumularem lucros

fabulosos resultantes das margens que obtêm com essas práticas.

Por outro lado, o Governo apresentou a proposta de Orçamento do Estado para 2022, que no essencial mantém o conjunto de medidas rejeitadas em outubro do ano passado, não dando resposta aos reais problemas do País, agora agravados pela conjuntura internacional, persistindo num caminho que aprofunda estrangulamentos, injustiças e desigualdades.

A proposta de OE recusa soluções para o aumento dos salários dos trabalhadores, o aumento geral das pensões, o reforço dos serviços públicos, designadamente o reforço do Serviço Nacional de Saúde, a defesa do direito à habitação, o investimento na área social e o apoio à produção nacional e às PME's, ao mesmo tempo que coloca a redução do défice como objetivo primeiro da política orçamental, em detrimento da resposta aos problemas do País.

Esta proposta molda-se aos interesses do grande capital, a quem este Governo destina generosos apoios públicos – fiscais, fundos comunitários e outros – ao mesmo tempo que lhes garante lucros elevados, seja pela contenção dos salários, seja pela recusa à regulação de preços.

Não promove a valorização dos serviços públicos designadamente o Serviço Nacional de Saúde, a escola pública, ou importantes sectores como a cultura e o desporto.

É conivente com a injustiça fiscal, não respondendo à necessidade de uma maior tributação dos lucros e do património de elevado valor, permitindo novas benesses aos grupos económicos, ao mesmo tempo que não admite sequer reduzir a tributação sobre o consumo, designadamente sobre a eletricidade e o gás, passando o IVA de 23% para 6%.

Continua a negar a importância do reforço do aparelho produtivo nacional num momento em que mais uma vez fica clara a necessidade de uma política de substituição de importações por produção nacional.

O país precisa de respostas à altura dos problemas e das necessidades que enfrenta, mobilizando todas as possibilidades para a melhoria das condições de vida do nosso povo, num caminho de redução das injustiças e desigualdades, o que é incompatível com manter intocáveis os lucros e os privilégios do grande capital.

EDITORIAL

A paz é a saída necessária

Condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia não implica necessariamente branquear a ligação do Estado ucraniano a diferentes grupos abertamente neonazis. Não é democrático um regime que proibiu todas as organizações de esquerda e que impôs a fusão de vários de meio de comunicação num esforço para alimentar a propaganda de guerra. Sabemos que há desinformação de ambos os lados mas o trabalho dos jornalistas deve ser precisamente o de remar contra a maré e não abraçar a propaganda de um dos lados fingindo que a propaganda apenas existe do lado das forças russas. O ambiente político e mediático instalado procura hostilizar e descredibilizar qualquer informação que não encaixe na narrativa dominante. Se compararmos com outros conflitos, esta hostilidade é desproporcional. Não há memória de tal ter acontecido com os jornalistas que acompanharam a invasão da Jugoslávia, Iraque, Afeganistão e Líbia, entre outros países, a partir do lado invasor, o que não significa necessariamente apoiar esse lado. Cada vez mais, a luta pela democracia é uma exigência do presente e do futuro.

A paz é a saída necessária, porque a guerra, mostra a realidade, é sempre paga pelos povos.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
 Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
 Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
REDAÇÃO PRINCIPAL Bruno Amaral de Carvalho
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Margarida Brissos, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
 Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
 n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
 Associação da
 Imprensa
 Não-Diária



Associação
 Portuguesa
 da Imprensa
 Regional



ABRIL

25 de Abril n'a Voz do Operário



Coro de crianças d'A Voz do Operário.



Exposição no espaço educativo do Laranjeiro.

A Voz do Operário assume-se como casa de Abril e durante o mês da revolução leva a cabo um conjunto de atividades que envolvem toda a sua comunidade. Dos mais pequeninos aos adultos, há lugar para todos discutirem e aprofundarem o conhecimento sobre a importância incontornável desta data e das construções que, pelas mãos do povo, dela emergiram.

Para além da já tradicional participação nas comemorações populares da Zona Oriental de Lisboa, dia 24 de abril, na Praça Paiva Couceiro (a que antecedeu um participado desfile desde o largo da Graça até ao local da celebração, com muitas crianças a

empunhar cravos e palavras de ordem de liberdade), os espaços educativos realizaram atividades com as crianças, com destaque para as exposições realizadas na Graça e no Laranjeiro.

No espaço educativo da Graça esteve patente a exposição resultante do trabalho dos alunos de 2.º ciclo, já reportada na anterior edição d'A Voz do Operário.

Já no Laranjeiro, todas as crianças da creche e do pré-escolar foram envolvidas, numa abordagem que se procurou adequar às idades respectivas. Assim, na creche, os pais foram convidados a filmar pequenas atividades do dia-a-dia das crianças, em casa, que re-

velassem o desenvolvimento da sua autonomia, porque a autonomia é um passo para a liberdade.

Já no pré-escolar, e procurando também o contacto com a comunidade envolvente e com ela pensar a liberdade, um grupo de crianças foi para a rua inquirir as pessoas sobre o que era, para elas, a liberdade. Foram ainda realizados alguns trabalhos manuais, como cravos e cartazes, que ficaram expostos no espaço escolar. Ainda na creche, procurou trabalhar-se o paralelismo entre os valores de Abril e os valores da escola, mostrando de que forma é que os segundos reflectem os primeiros, na forma como, internamente, se tomam decisões e se organiza o trabalho.

CINEMA

Memórias do Futuro

No próximo dia 27 de maio, pelas 18h, a Voz do Operário receberá a curta-metragem ficcional e documental "Memórias do Futuro".

Filmada no rescaldo da pandemia, resulta do trabalho desempenhado pelo projeto Guardiãs da Memória, na sequência de filmagens realizadas em Lagos, Santarém e Sever do Vouga, em residências com mulheres das três cidades. "Decidimos escrever cartas às 66 idosas com quem tínhamos trabalhado, de norte a sul do país, com o espetáculo "Para Vós". Pedimos-lhes que nos enviassem uma carta escrita para as suas avós, onde lhes contassem como estavam." "As senhora com quem tínhamos trabalhado ao longo dos dois anos anteriores estavam em casa, sozi-

nhas, isoladas, e isto foi uma forma de mostrarmos o nosso carinho", diz Cláudia Andrade, coordenadora do projecto. Responderam também ao próprio repto das idosas, que demonstraram vontade de continuar envolvidas em criações.

Conjugando várias linguagens, como o teatro documental, produção audiovisual e a arte pública, o filme assume-se como um projecto interdisciplinar comunitário.

A equipa de dramaturgia (depois encenada no filme) foi integrada por três avós "embaixadoras", uma em cada território. Durante três meses, em encontros semanais e sessões de escrita criativa online, foi-se desenvolvendo o guião colectivo que mais tarde originaria o filme que agora a instituição exhibe.

PUBLICIDADE



**Antiga Agência Funerária
Domingos & Diniz**

Gerência de João Natividade

**Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário**

EUNICE MUÑOZ

Os mais belos sinais da terra*



A atriz era sócia honorária d'A Voz do Operário.

Eunice Muñoz nasceu na Amareleja, que fica em Moura. Com os dois pais como actores, estrou-se no teatro desmontável da família com apenas cinco anos e com treze, pisa pela primeira vez o Teatro Nacional Dona Maria II, com a peça "Vendaval", pela companhia Rey Colaço-Robles Monteiro, no ano de 1941. Com o seu talento imediatamente reconhecido, integra rapidamente na Companhia e o resto, como costumamos dizer, é história. E é de facto de história

que falamos quando se pronuncia o nome de Eunice Muñoz. Não deixou por isto de procurar elevar a sua arte e vem a frequentar a Escola de Teatro do Conservatório Nacional. Decorria o ano de 1946 quando teve a sua estreia no cinema. Fora do palco deu o seu nome, contributo e carinho a actividades como o caso da ligação que teve com A Voz do Operário, tendo sido uma dedicada companheira, agraciada em 1989 com o título de Sócia Honorária da instituição

e mostrando a sua atenção, presenteado sempre a instituição com mensagens de apoio às suas actividades. A representar, é provável que não exista palco maior ou menor, que não tenha pisado. No drama, na comédia, dos textos clássicos aos contemporâneos, nacionais e internacionais, deu voz a infinitas personagens. Era uma dedicada à poesia, tendo divulgado de várias formas alguns dos poetas que amava, em recitais e gravações. Por esta razão, o título que acompanha este texto-homenagem o título de um poema de um poeta por ela recitado: Eugénio de Andrade. Eunice Muñoz é figura maior e absolutamente ímpar da arte de representar e a sua obra repercutirá no futuro da cultura, em Portugal. Não se pode dizer que Eunice Muñoz era uma referência no teatro. Eunice era e será sempre, uma referência para toda a cultura. Integrou peças de teatro, fez cinema, televisão, e tantas mais coisas mas não foi pela quantidade que superou a exaltação do seu nome, mas sim pela forma, dedicação, trabalho e deslumbre com que marcou cada um destes trabalhos. Eunice torna-se um eco de palco e da cultura. Apesar da vasta lista de trabalhos e projectos que marcaram a sua carreira fora dos palcos, era o teatro a sua casa e vida como várias vezes mencionava de sorriso no rosto, não sendo possível dissociar a Eunice fora do palco, da Eunice fora dele. Foi também talvez por não ser possível fazer esta separação, que todo o público, o seu assíduo e o seu menos assíduo, mas todo, também nasceu, cresceu e amadureceu para o teatro porque o teatro tinha Eunice. Várias gerações que perceberam que o teatro lhes cabia porque sabiam que Eunice entrava nos palcos, existia nos palcos. A referência como actriz de excelência é das maiores e poucas certezas que os seus inúmeros e vastos públicos sempre tiveram e continuaram a ter. Perder Eunice é saber que o teatro se moverá de uma outra forma a partir de agora. Há, inequivocamente, um antes e um depois da presença de Eunice. A sua carreira é um guião às futuras atrizes e actores. É um guião para a cultura, que deve ser lido com voz projectada para bastidores e público, ressonando em cada nova profissão da cultura que nasça. Eunice é mais do que um legado, é um objectivo, em todos os sentidos que esta palavra possa ter dentro.

* *Coração habitado*, por Eugénio de Andrade.


INSTITUCIONAL

Doe 0,5% do seu IRS à Voz!

NIF 500 259 518

Este apoio não tem qualquer custo: a percentagem em causa diz respeito ao imposto já liquidado.

E o valor pago de IVA também pode ser consignado!

 **Ajudar assim não custa**

 **A VOZ DO OPERÁRIO**

COVID-19

Cabe a cada um de nós tomar medidas para controlar a infeção



Complete ou reforce
a sua vacinação



Opte por usar máscara
em espaços fechados
ou em aglomerados



Lave ou desinfete
as mãos



Areje os espaços
interiores

Mantenha-se informado sobre as medidas em vigor em
dgs.pt e covid19.min-saude.pt

DONBASS



Civil vítima de mina ucraniana.

A batalha de Donbass

A guerra aberta na região de Donbass, onde as tropas russas e separatistas procuram controlar este território de maioria russófona. Cerca de metade das regiões de Donetsk e Lugansk está nas mãos das forças ucranianas, numerosas e bem entrançadas desde o começo da guerra civil em 2014.

Bruno Amaral de Carvalho,
em Donetsk

O sol aperta e a água cristalina, praticamente sem ondas, faz lembrar que estamos na primavera. Dentro de água, uma mulher dá umas braçadas e há um cão que corre à beira mar. Podia ser a ilustração de um folheto turístico se não estivéssemos em Mariupol e se ali ao lado, a poucas centenas de metros, o Azovstal não estivesse a ser alvo da artilharia pesada russa. Indiferente às explosões e aos sinais que alertam para a existência de minas no areal, uma outra mulher, mais velha, contempla o mar sentada num banco. “Se tiver de morrer, morro”, desabafa à saída da praia.

A auto-estrada que liga Donetsk a Mariupol era o caminho que muitas famílias faziam ao fim-de-semana para

tomarem banhos de sol junto ao mar. Quando a guerra civil rebentou, em 2014, este trajecto de 115 quilómetros foi abruptamente interrompido e desde a intervenção russa, no fim de fevereiro, as forças ucranianas dinamitaram parte do caminho para travar o avanço do inimigo. Agora, a viagem demora cerca do dobro e inclui um emaranhado de desvios.

Sete palmos de terra

“Meu sol, olha para mim, a minha mão transformou-se num punho e se há pólvora dá-me fogo”, canta Viktor Tsoi no auto-rádio. Ao volante, segue Sacha que se desdobra em perguntas curiosas sobre Portugal até confessar que tem um irmão em Lisboa. “Ele defende os ucranianos. Deixou-se levar pela propaganda da NATO”, comenta. Na verdade, não é assim tão incomum. Ape-

sar de esta região ser maioritariamente russófona e votar em partidos pró-russos, são vários os casos de famílias desavindas por causa da guerra que dura há cerca de oito anos.

Perto de Mariupol, a cerca de 15 quilómetros, está Mangush, uma localidade que abriu telejornais em todo o mundo. De acordo com as autoridades ucranianas, com a ajuda de empresas norte-americanas de geolocalização, poderia haver aqui valas comuns com até 9 mil corpos escondidos. É um soldado num posto de controlo que nos dá indicações mesmo depois de saber que queremos investigar esta grave acusação. Sorri e manda-nos avançar. É um sinal de que, muito provavelmente, não há ali nada de muito secreto. Depois de algumas voltas, encontramos o ponto de geolocalização no cemitério de Mangush. Desconfiados com a ideia de um exército depositar milhares de

corpos à vista de todos num cemitério, acabamos por descobrir que são cerca de 230 campas individuais devidamente numeradas, muitas delas com nome, data de nascimento e morte. Há, ainda, cerca de uma centena de sepulturas abertas à espera da chegada de novos cadáveres. O cenário que encontramos está muito distante no número e no tipo de campas daquele que prometiam as autoridades ucranianas. Não se identificam quaisquer valas comuns.

No cemitério, vamos à procura de testemunhas que nos possam explicar o sucedido. Três coveiros que abrem uma sepultura mais abaixo dizem que não estão autorizados a falar mas que sabem que aqueles corpos vêm de Mariupol e que muitos são civis e soldados ucranianos. À conversa com várias pessoas que estão a limpar e a cuidar as campas dos seus familiares, percebemos que os enterramentos duram há cerca de um mês.

Irina visita a campa do pai precisamente seis meses depois da sua morte. Alexey foi um importante arquitecto de Mangush. Não sabe a quem pertencem estas novas campas no cemitério local e mostra-se indignada com as autoridades ucranianas, acusando-as de atacar o próprio povo.

“Historicamente, sempre viveram diferentes nacionalidades no Donbass. A principal língua de comunicação é o russo. Para todos, esse idioma é nativo. Quando as autoridades ucranianas fizeram um genocídio aqui, por alguma razão o mundo não se importou”, desabafa. Para Irina, as regiões de Donetsk e Luhansk “foram constantemente alvo de bombardeamentos” e “ninguém” se interessou por isso”.

“As pessoas gritavam por socorro e a imprensa internacional ficou em silêncio. E quando não havia ninguém para pedir ajuda, pedimos ajuda à Rússia. A Rússia veio para nos proteger e o mundo de repente ficou indignado, começou a gritar que os russos são agressores. Ou seja, é um pouco hipócrita”, defende Irina.

Ali bem perto, uma idosa limpa as ervas daninhas com um ancinho. “O carro trazia corpos de Mariupol. Duas escavadoras abriam buracos e uma outra enchia de terra. O carro ia e voltava. Dizem que os corpos foram primeiro levados para Mangush para a morgue”, afirma Ana.

Decidimos, então, procurar a morgue do hospital de Mangush para entender melhor esta história mas nenhum dos trabalhadores aceita falar sem a presença de um responsável. Esperamos algum tempo para esclarecer sobre quem são estas pessoas e que tipo de enterros têm sido feitos. Chegam vários militares que se identificam como médicos e um deles aceita responder às nossas perguntas. Nega a existência de qualquer vala comum e afirma que os corpos correspondem sobretudo a civis e a militares ucranianos. “Nós examinamos cadáveres de civis e soldados que morreram em Mariupol. Na verdade, emitimos um atestado médico de óbito”, explica. Perguntamos directamente sobre valas comuns e vítimas do exército russo e de Donetsk. Consta que é “mentira”. “Há dois cemitérios em Staryi Krym e Mangush [com estes corpos]. Uma sepultura separada, um caixão e uma placa com um número são alocados para cada corpo. Depois da autópsia de cada cadáver, juntamente com a equipa do Ministério Público, a empresa pública [funerária] Ritual trata das sepulturas”, contesta. De seguida, confirma que nestas sepulturas estão também soldados ucranianos e corrige em alta os números que tínhamos em Mangush para 300 mortos. Como afirmaram os civis que

estavam no cemitério, também diz que estes enterros começaram há cerca de um mês.

No dia seguinte, decidimos visitar o cemitério de Stary Krym.

Neste caso, são centenas de campas a perder de vista. No total, mais de 650 pessoas estão enterradas em sepulturas recentes. O cemitério é enorme. Como se estivessem todos os cemitérios de Lisboa juntos. Provavelmente, o maior de Mariupol. O cenário de Mangush repete-se mas desta vez confirmamos que estas pessoas estão dentro de caixões porque quando chegamos há um trabalhador que opera uma escavadora para abrir uma fileira que possa receber novos corpos. No fundo, vários caixões de madeira. Ao volante desta máquina, Danya nega a existência de valas comuns. Não se identifica nenhuma evidência nesse sentido. “Não há valas comuns aqui. Vê os caixões deitados ali? Debaixo daqueles números. Então, as pessoas que chegam à procura dos seus familiares têm essa referência”.

Enquanto caminhamos entre as campas, vemos uma cruz com um nome e data de nascimento e morte. O coração acelera enquanto o cérebro faz contas. Este apelido corresponde ao de uma idosa que uma semana antes havia comentado o desaparecimento do seu filho junto ao teatro de Mariupol. O ano de nascimento é o mesmo que nos havia dito e a data da morte coincide com o bombardeamento do teatro. Aquela mãe perdeu o filho mas não temos forma de lhe comunicar a notícia.

Mariupol tenta regressar à normalidade

Já se vê gente a trabalhar para recuperar o que é recuperável. Há mais gente nas ruas, há mercados de alimentos. A batalha pelo controlo da cidade está praticamente terminada. Apenas sobra o Azovstal, onde se concentram as últimas forças ucranianas. No resto de Mariupol, sob controlo separatista, as novas autoridades procuram recolher corpos das ruas com a ajuda de bombeiros. Nos canteiros, há civis enterrados com cruces e flores. São vítimas de uma batalha sem quartel e, quem sabe, sementes para um futuro que se espera de paz.

Mas há muitos perigos à espreita. As tropas ucranianas deixaram várias minas espalhadas por várias zonas da cidade na sua retirada para o Azovstal. Descobrimos uma vítima destes explosivos num bairro junto ao mar.

Uma idosa esvaía-se em sangue e tivemos de interromper o ofício de jornalista para fazer um garrote à perna desta mulher. Enquanto o fazemos, explica que outra mulher pisou a mina e



Vista geral das campas individuais no cemitério de Mangush.

morreu. Ela foi atingida pela metralha na perna e precisa de cuidados médicos. É o que farão mais tarde bombeiros e soldados separatistas.

Apesar do elevado grau de destruição, a maioria das pessoas com quem falamos justificam a intervenção russa. É notória a influência russa nesta cidade onde sempre ganharam partidos russófonos. Alguns acusam grupos neonazis como o Batalhão Azov de cometer atrocidades, roubos e perseguições. Dado o contexto militar, é normal que quem defende Kiev prefira esconder a sua posição mas apareceu-nos uma mulher à porta de uma casa que nos pergunta pelo curso da guerra. Vê os capacetes e os coletes com a palavra “press” e confessa a vontade de fugir para ocidente. Até à chegada das tropas russas, era agente da polícia ucraniana. Agora vive na longa espera de poder abandonar Mariupol.

Batalhão Aidar em Lugansk

O mar que banha Mariupol leva o nome de Azov e um dos principais rios que atravessam a região de Lugansk chama-se Aidar. Estes dois nomes foram os escolhidos para baptizar os principais batalhões neonazis que operam em Donbass. É a base do Batalhão Aidar que visitamos na região de Lu-

gansk. Para lá dos portões, encontramos com duas vítimas deste grupo que integra as forças armadas ucranianas. Ivan conta-nos que houve gente torturada e assassinada neste lugar. Para descrever melhor estes crimes, visitámos o hospital local, onde o médico legista nos confirmou a chegada de vários corpos com sinais de tortura. Roman era médico neste hospital antes do controlo separatista e revela que reportou os crimes à polícia ucraniana mas não sabe até que ponto chegou a investigação.

Para além dos crimes, a ideologia neonazi professada por este batalhão ficou marcada nas paredes da base. Lá dentro, atravessámos corredores escuros, celas húmidas e numa sala ampla explicaram-nos que ali faziam simulações de execuções para aterrorizar os presos. O relato é parecido ao que ouvimos semanas antes na antiga sede dos serviços secretos ucranianos. No segundo piso, encontramos autocolantes que ilustram soldados ucranianos a matar comunistas e separatistas. Também um cartaz com o rosto de Vladimir Putin dentro de um alvo. Na parede, “Deus protege Aidar” e um crucifixo. Continuamos a vasculhar o lugar e encontramos uma suástica desenhada numa parede ao lado das iniciais das SS nazis.

NUNO RAMOS DE ALMEIDA

“O leitor, o espectador, deve ser por definição crítico e desconfiado.”

Nuno Ramos de Almeida é jornalista há mais de trinta anos. Passou pelas principais redacções nacionais e conhece bem o sistema de produção mediática. Falámos com ele também a propósito da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, onde critica o papel de jornalistas que se assumem propagandistas, esquecendo as regras do jornalismo. Reflete sobre a função que o jornalismo pode e deve ter no conhecimento das contradições da realidade e dos perigos de uma sociedade avessa aos factos e à crítica.



“Existe objectivamente uma pressão muito grande de criminalizar tudo o que sejam opiniões diferenciadas.”

Rita Morais

O senador Joseph McCarthy, referindo-se a um jornalista que questionava a lógica de os comunistas serem os inimigos dos EUA, disse um dia “Se o Sr. Murrow está a dar conforto aos nossos inimigos, não deveria ser permitido que ele entrasse nas casas de milhões de americanos.”. Dar “conforto ao inimigo” tem sido um linguajar presente em muito do nosso sistema mediático e de informação. É uma medida de aferição de jornalismo ou de propaganda?

Acho que o senador em questão não era medida de jornalismo. E se calhar nem sequer era medida propaganda. Era medida da repressão a ideias que fossem diferentes. Um conjunto muito grande de pessoas que tinham ideias progressistas foram sucessivamente afastadas, foram para o desemprego, foram ostracizadas, e criou-se um clima verdadeiramente de caça às bruxas, fazendo equivaler pessoas que têm ideias diferentes a inimigos da nação. Como se a nação fosse apenas uma hipótese e não estivesse em discussão pela sua população e pelas pessoas, em geral. E essa ideia de que na cobertura do jornalismo há um inimigo e há o “nosso lado” e nós temos que corrigir os erros ortográficos dos press releases [comunicados de imprensa] da embaixada do “nosso lado”, publicá-los sem nenhuma pergunta e combater o inimigo não tem

nada a ver com jornalismo. Como é óbvio, há casos limite. Quando estou a fazer uma reportagem sobre os campos de concentração na Segunda Guerra Mundial, a verdade não é estabelecida por duas opiniões diferentes e de dois lados, porque o carrasco e o torcionário da Gestapo não têm o mesmo peso nem o mesmo valor nem estabelecem a verdade como a vítima, o comunista, o judeu, o cigano, que morreram nos campos de concentração. Mas isso não significa que eu, ao fazer uma cobertura, não tenha de o fazer nas regras do jornalismo, o que significa verificar factos, ter várias opiniões, e quando se publica determinada coisa que é dada por uma fonte, identificar essa fonte. O que está a acontecer na cobertura actual da guerra é que os jornalistas publicam propaganda e coisas sem sequer dizerem que lhes foram dadas por um lado do

conflito. É divulgado como se fosse a realidade, realidade que eles não viram, que não puderam aferir, limitam-se a repetir e sentem-se legitimados por isso, porque integraram que estão a fazer uma função cidadã de derrotar um dos lados da guerra. Não está em causa que houve um invasor e um invadido. Mas isso não quer dizer que a guerra se resume a isso e que possas fazer uma cobertura com base num conjunto de dias temáticos de propaganda e de alegados factos que têm como efeito a total diabolização do “outro” e não apenas daqueles que deram ordem da invasão da Ucrânia.

Achas que se pode falar na construção de um consenso forçado ou de uma narrativa quando, apesar de tudo, há direito a espaços de contraditório. Faz sentido falar num ambiente condicionado?

Eu posso ver isso por mim. 500 vezes deixo de escrever coisas para não ter a chatice de passar uma semana a ter que responder que não sou putinista, que condeno a invasão, que não sou favorável à guerra, mas que isso não me faz ter que declarar que o Batalhão Azov é um grupo de monjas da caridade, ou ter que declarar que qualquer declaração que vejo na comunicação social é verdade, quando objetivamente é mentira. Quando eu vi o famoso “piloto fantasma” que abatia dezenas de aviões russos, sabia que era mentira, que era uma coisa de propaganda. Ontem, o próprio exército ucraniano veio reconhecer que criaram aquela figura para moralizar as suas tropas. O meu problema não é que o exército ucraniano crie figuras para moralizar as tropas. O meu problema são as dezenas de notícias de jornalistas sérios, de órgãos de comunicação social sérios, a falar do “piloto fantasma”. Eu não tenho nenhuma dúvida que haja violações na guerra, crueldades sobre os civis, mas quando tenho adquiridas como verdadeiras alegações de crimes e nunca vistas e verificadas e outras abafadas porque são de sinal contrário... É uma das formas da guerra ser feita, e isso vê-se, por exemplo, quando falamos da Segunda Guerra Mundial. Falamos numa ideia nossa, do mal absoluto que seriam os nazis e o outro lado combatia o mal absoluto. A verdade é que os Aliados cometeram inúmeros crimes nessa guerra, apesar de terem a posição correta. Quando os soviéticos libertaram Berlim, houve dezenas, centenas de mulheres que foram violadas. Quando os Estados Unidos bombardearam Dresden, mataram centenas de milhares de pessoas. Quando largaram duas bombas nucleares, sem nenhuma razão militar, mataram milhões de pessoas. E no entanto, estavam do lado correcto. Em guerras onde não há um mal tão absoluto e uma força que se opõe a um mal tão absoluto, que são guerras entre potências capitalistas e imperialistas, as coisas são ainda mais diferentes. Se formos analisar a Primeira Guerra Mundial, verificamos que há sempre o mesmo menu adoptado: o outro lado tem muitas baixas e nós temos poucas baixas, o outro lado faz crimes de guerra e nós não, o outro lado viola e mata velhos e crianças e nós não, e assim sucessivamente, porque um dos aspectos necessários numa guerra, para mobilizar uma população contra outro povo é torná-lo não normal. Verificámos isso recentemente nas guerras nos Balcãs, em que se veio a verificar que grande parte dos massacres que eram atribuídos aos sérvios, não eram dos sérvios. Houve muitos massacres que foram feitos por bósnios, por croatas, etc, comportamentos de violações, de genocídio de populações. Infelizmente foram generalizados e muitos deles até inventados para justificar a intervenção estrangeira das tropas da NATO.

Estamos perante um contexto em que muita gente só lê títulos ou leads e, por outro lado, o próprio jornalista não produz, muitas vezes, esses títulos, não faz a edição. Como é que é feito esse processo de elaboração da notícia e este tipo de escolhas editoriais?

Sou jornalista há muito tempo e em redacções. Essa teoria de que, em alguns meios, há uma espécie de hierarquia do mal, que reproduz um conjunto de notícias deturpadas, através de ordens que são dadas aos jornalistas, não existe. O que acontece é que existe um consenso ideológico de que há um lado bom e um lado mau e tudo o que vem a favor deste lado bom, neste caso a Ucrânia, é verdade. E tudo o que vem do lado mau, é mentira. E os jornalistas, como não estão lá, e mesmo quando estão, estão muito condicionados, o que fazem é reproduzir *ispis verbis* essas informações. Acresce que há uma alteração do padrão de produção do jornalismo. Antigamente as pessoas faziam jornais, que eram diários, semanários. Agora têm o online, têm de estar a debitar ao minuto, por causa das audiências.

Achas que faz sentido procurar um entendimento mais estrutural do papel dos média na geopolítica? Porque é fácil cairmos numa explicação quase conspiracionista, mas se assumirmos que o capital subsume toda a produção e também a produção do consenso, esse trabalho, como qualquer trabalho no capital, é alienado. E os produtores não conhecem o processo, nem os fins de tudo o que fazem. Isto transposto para comunicação social, com as devidas diferenças, pode ser interessante para não cair numa análise demasiado moralista?

É óbvio que os jornalistas são pessoas e na sua grande maioria pensam que estão a fazer o melhor trabalho, só que as pessoas inserem-se de facto em determinadas culturas de trabalho, editoriais, determinados órgãos de comunicação social, que têm uma determinada propriedade, o que não quer dizer que nós não tivéssemos tido, mesmo com esta estrutura capitalista, melhores condições para produzir bom jornalismo. A diminuição das condições de trabalho dos jornalistas, o aumento das cargas horárias, a entrada do online como uma espécie de linha de montagem, que tem que produzir não sei quantas peças ao longo do tempo e logo é difícil a sua verificação, a diminuição das margens de lucro das empresas de comunicação, o que faz com que os patrões tenham como primeira reacção o corte abrupto do investimento e da qualidade, tornam o jornalismo muito pior. E também as condições salariais e de inserção no mercado de trabalho dos próprios jornalistas. Há aqui uma espécie de tempestade perfeita que faz com que o jornalismo seja muito diferente, mas não há nenhuma ordem de serviço, na maior parte das redacções de jornais que eu conheço e nas redacções em que eu estive. Não foi preciso uma ordem de serviço, há um consenso ideológico na maior parte dos jornalistas sobre isso, que se alinha obviamente num viés ideológico, mas que também é agravado por uma histórica incapacidade de partidos como PCP conseguirem perceber o que é que são os fluxos da notícia e o que é que é uma notícia e como é que se faz uma notícia e como é que se trabalha também para a comunicação social. As notícias têm dinâmicas próprias. Quem quer comunicar utilizando aqueles instrumentos

tem que saber as regras no jogo. Não pode inventar porque aquilo não permite outras regras do jogo.

Achas que neste momento é possível saber o que se passa no mundo, não apenas relativamente ao conflito entre a Ucrânia e Rússia, através dos órgãos de comunicação social nacionais?

Acho que ainda é a boa literatura, o bom jornalismo, a boa televisão que nos permitem, no meio do palheiro, tirar as agulhas que nos permitem tirar pistas. Acho sempre que o leitor, o espectador, deve ser por definição crítico e desconfiado. Faço-o em relação aos factos históricos que conheço. Isto é verdade ou não é verdade? E a seguir procuro outras fontes de informação. Hoje temos acesso a milhões de fontes de informação. Por vezes a coisa mais complicada é como de milhões consegues encontrar outras fontes. É possível. Agora, exige do leitor um trabalho sistemático. E era importante a existência de uma imprensa e de uma comunicação social alternativas que tivessem outro ritmo, outra profundidade e que nos permitissem dar pistas para ler as coisas de uma forma diferente.

Quais é que achas que são as consequências deste ambiente para o regime democrático?

Temo que haja muita coisa que nós dávamos por adquirido de que não havia perigo e que se tornou perigoso. Existe objectivamente uma pressão muito grande de criminalizar tudo o que sejam opiniões diferenciadas e embora as nossas leis não o permitam e haja força para resistir a isso, a verdade é que a sociedade não é só constituída pelo espaço das leis mas é pelo espaço da correlação de forças no terreno. Haverá muita gente que vai ter dificuldade em expressar determinadas opiniões, em fazer a defesa das suas forças políticas, porque há a criação de um ambiente de ódio, que vai ter repercussões na sociedade. E se a guerra continuar, quanto mais se instalar esta ideia de “nós” e os “outros” e os “outros” são do inimigo e “nós” somos não sei que, mais a lógica securitária e militar se vai impor ao quadro democrático e legal. Quando neste momento, para além da censura dos canais russos, está em discussão, a nível da União Europeia, que qualquer pessoa que expresse nas redes sociais ou em público opiniões sobre a guerra que não sejam consentâneas com a União Europeia e com a opinião da União Europeia possam ser perseguidas, isso fere completamente a democracia e liberdade e o nosso quadro constitucional. Eu bem sei que a União Europeia fez aprovar uma coisa em que o direito comunitário está acima do direito nacional. Mas isto não foi direito comunitário. Foi uma imposição da UE passando por cima de todas as leis. Ultrapassou em muito as próprias instituições jurídicas europeias e viola a nossa Constituição, viola a democracia, viola a liberdade. Já existem empresas privadas a fazer isso. Na semana passada, no 25 de Abril, *postei* uma foto da chegada do Álvaro [Cunhal], José Mário Branco e de outros refugiados políticos ao aeroporto de Lisboa. Esta foto tem uma multidão, tem um tanque, tem uma bandeira com uma foice e um martelo e tem um cachecol do Sporting. Creio que não foi pelo cachecol do Sporting que o algoritmo do Facebook me disse que a minha foto violava os padrões da comunidade. Estas empresas privadas já determinam aquilo que tu podes e não podes dizer, fora das legislações democráticas.

SETÚBAL

EDINSTVO colabora com várias autarquias



No seguimento do artigo divulgado pelo semanário Expresso sobre a receção dos serviços municipais de Setúbal ao acolhimento de refugiados da Ucrânia, a Câmara informou que, desde o início da invasão, tem em funcionamento um serviço de atendimento aos ucranianos que fogem da guerra. Através deste, adiantou, tem prestado “todo o apoio necessário”, em articulação com entidades como a Segurança Social,

o Alto Comissariado para as Migrações, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Segundo o AbrilAbril, com estas entidade colabora regularmente e há vários anos Igor Kashin, da Associação de Imigrantes dos Países de Leste (EDINSTVO), citado na notícia do Expresso, e que, refere o município sadino, “esteve também a dar apoio, no contex-

to das relações existentes, desde 2005, entre a CMS [Câmara Municipal de Setúbal] e a EDINSTVO [...] nos serviços municipais responsáveis pelo acolhimento de refugiados”.

Apesar de as notícias terem como alvo a Câmara de Setúbal e de o PSD (com a IL e o Ch) querer ouvir o presidente André Martins na Assembleia da República, estas organizações, das quais fazem parte russos, ucranianos e outros imigrantes do Leste da Europa, estão a colaborar com várias autarquias do país no apoio aos refugiados. Segundo referiu esta manhã à RTP o presidente da Associação dos Ucranianos em Portugal, entre os municípios em que tal ocorre estão Gondomar (PS), Albufeira (onde o PSD governa em coligação com o CDS-PP, MPT e PPM) e Aveiro (PSD).

Entretanto, a Câmara de Setúbal informa que vai solicitar ao Ministério da Administração Interna (MAI) a adopção imediata dos procedimentos necessários a fim de averiguar a veracidade das suspeitas veiculadas pelo Expresso, manifestando “total disponibilidade” para prestar toda a informação necessária. Ao mesmo tempo, repudia “com veemência [...] qualquer insinuação de quebra de sigilo no tratamento de dados de cidadãos ucranianos acolhidos nos seus serviços”.

Segundo a autarquia, e tal como explicado ao seminário antes da divulgação da notícia, no atendimento realizado a estes e a outros cidadãos “são cumpridos todos os requisitos técnicos inerentes a um atendimento social”. Sublinha que a recolha de informação “só é feita com autorização expressa por escrito dos próprios e é realizada por dois técnicos superiores da Câmara Municipal de Setúbal”, num procedimento “reconhecido e utilizado pelas entidades que, em Portugal, fazem este tipo de trabalho”, sendo que a informação recolhida apenas serve para instruir os processos de formalização do pedido de acolhimento destes refugiados.

A VOZ do corvo



Ruas, largos e praças

Fez parte do programa eleitoral de uma das candidaturas ao governo municipal da cidade de Lisboa a intenção de dotar cada bairro de uma praça. Intenção expressa sob a forma de *slogan* ou até mesmo de palavra de ordem – “uma praça em cada bairro” e já muito depois das eleições um jornal diário anunciava uma série de colóquios sobre um tema que era uma pergunta – “o que é uma boa praça?”. O que demonstra que, mesmo em tempo belicosos, há quem se preocupe com os lugares que devem ser de convívio e paz.

É vastíssimo, com predomínio para a tríade das ruas, dos largos e das praças, o léxico usado pela cultura urbanista mediterrânica, da qual o nosso país faz parte. Foi com ela, e em todo o Mundo criado pela sua

influência, que se construíram cidades, vilas e aldeias onde vivem, e cada vez mais, milhões de seres vivos.

A rua, ligada na sua etimologia latina à ideia de ruga, de vinco ou risco (em oposição à ideia de troço) ou talvez mesmo de rego, é um “espaço canal” limitado por construções, sejam muros, casas, lojas ou oficinas, proporcionando a circulação de bens e pessoas e, simultaneamente, o convívio entre estas.

O largo é a dilatação de uma rua ou a maior parte das vezes o resultado da convergência de várias ruas. Será um local de remanso, conceito que o duto dicionário da Academia liga à ideia (vinda também do latim) de permanência e que pode ser ligada à imagem de um rio cujas águas, depois da agitação intensa provocada pela corrente em leito estreito, “se tornam mansas”. Para além desta descrição vinda quase diretamente da hidráulica, muitos largos em virtude do incremento dos transportes motorizados tornaram-se quase exclusivamente nó de circulação, marcas da mudança de direção de um percurso (como o Largo do Rato, em Lisboa), muito embora muitos destes espaços mantenham o carácter remansoso como pouso de atividades que exigem exibição de produtos e por vezes negociações ou conversas prolongadas como são as feiras e os mercados.

A praça (vocábulo igualmente de origem mediterrânica, do grego ou do latim – *platea* ou *platia*) tem implícita a ideia de reunião, de ver e ser visto, de convivência e ganhou entre nós conotações com o poder

político ou económico (Praça do Comércio ou Terreiro do Paço ou Praça da Figueira, em Lisboa) a que se junta muitas vezes significado simbólico ou comemorativo (a Praça dos Aliados ou da Liberdade, no Porto).

Enquanto o largo tem normalmente uma origem espontânea que se perde nos tempos, seja a dilatação do espaço de uma rua ou convergência de caminhos, a praça tem origem racional, obedece a regras de composição e salta na quase totalidade das vezes da prancheta do desenho para um terreno vago em novas extensões do tecido urbano ou em zonas de reconstrução (como na Baixa Pombalina).

Vem todo este arrazoado a propósito da notícia que um jornal diário publicou e onde o proprietário de dois pequenos e velhos prédios nas imediações do Largo do Intendente, em Lisboa, segundo ele a sua única fonte de rendimentos, se insurge contra o facto de estes serem a ser demolidos para que no seu chão seja implantada uma praça para satisfação da intenção política de “em cada bairro haver uma praça”.

É esta a questão que se põe: os fenómenos que estão na origem de uma rua, de um largo ou de uma praça, numa cidade cujo tecido urbano está consolidado e poder-se-á dizer com consistência histórica, será difícil a golpes de camartelo enxertar novas construções e mais que tudo novas ou velhas vivências.

Olhai para a história do Largo do Martim Moniz.

Francisco da Silva Dias

CIDADE



Depois de um conturbado processo desconhece-se que futuro dará o executivo de Moedas ao Martim Moniz.

Participação, o parente pobre da nossa democracia

Tiago Mota Saraiva

Há dias perguntavam-me se conhecia os resultados do processo participativo do Martim Moniz. Com o andar da conversa fui percebendo que havia grande preocupação e desconhecimento sobre o que o novo executivo municipal pretendia fazer naquele território e uma certa estranheza pelo facto de não haver dinâmica social para defender a implementação do que teria sido determinado pelo referido processo participativo. Mais recentemente, a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior anunciou a apresentação do seu projecto, ignorando o anterior processo participativo de que também havia sido promotora. Do muitíssimo mediatizado processo participativo do Martim Moniz, poucos conhecerão os resultados e muito menos encontrarão motivos para defender os seus resultados.

Em Portugal muitos processos participativos continuam a ser floreados para quem toma as decisões urbanísticas e de construção de cidade. Com a participação, decidem-se canteiros, umas mesas e cadeiras, mas quando toca a estruturar as cidades ou as principais políticas urbanísticas, decisores políticos (e, tantas vezes, técnicos) não querem deixar de exercer o poder para o qual se sentem legitimados. Diz-se que a decisão final é da Câmara Municipal sem que se perceba que, em democracia, a decisão final é nossa. A democracia não se exerce, exclusivamente, no fim de ciclos eleitorais e num sistema representativo não se delegam todas as decisões em quem é eleito. Entre eleições, as pessoas também

querem fazer parte das respostas e das discussões e a opinião do decisor político ou técnico, não esgota as soluções nem se deve sobrepor à do povo.

Vivemos um momento histórico em que as pessoas reivindicam, cada vez mais, o seu direito a participar nas decisões mais estruturantes da construção da cidade de Lisboa. Esse direito também é cada vez mais reconhecido por autarcas que, independentemente da força política (excepção feita à extrema-direita que vive da infantilização da opinião popular), apresentam-se a eleições com modelos, iniciativas e o anúncio de práticas participativas. No entanto, continuamos a ter poucos exemplos de boas práticas e muitos exemplos de embustes.

Entendamo-nos quanto aos problemas. Os modelos participativos que resultam exclusivamente dos instrumentos de gestão de territórios em vigor – PDM, Planos de Pormenor ou Urbanos – estão, no essencial, caducos. A sua concepção está vocacionada para a defesa de direitos individuais e não para a ideia de comum ou de interesse público. Os momentos de discussão estão excessivamente carregados de tecnicidades, que os torna inacessíveis à maioria da população, e são activamente burocratizados para auto-protecção de decisores políticos e técnicos. Não servem. Mas também não se pense que um melhor modelo nascerá por decreto. Importa desenvolver boas práticas, avaliar e retirar conclusões para desenhar outros modelos. Por outro lado há quem nos apresente como novo a ideia de um Senado de cidadãos independentes, livres de compromissos, como se o vazio fosse possível ou desejável. Tal como uma ágora grega, esse jamais será o espaço de todos, mas apenas de alguns, bem pen-

santes, consoante o que se pretenda. Se, no primeiro caso, o controlo é estabelecido a partir da forma dos objectos a discussão e do controlo sobre os dados, no segundo caso, o controlo é garantido a partir da ideia de cidadão determinada de cima para baixo.

A minha opinião é que a construção de bons modelos participativos implica, em primeiro lugar, uma mudança de pressupostos. O decisor político, e técnico, tem de pensar que a boa organização de um processo participativo faz parte das suas obrigações - não de um direito que pode, ou não, conceder - e deve garantir que as determinações decorrentes do processo são implementadas ou testadas de forma célere (é daí que emergem os conceitos de urbanismo tático ou placemaking). A população deve sentir que desaparece o “eles” dos decisores e que se constrói um “nós” pelo qual todos somos responsáveis.

Ora esse “nós” não resiste por muito tempo se cada um regressar sozinho a casa, à sua individualidade. Um processo participativo, para criar lastro, para que as suas dinâmicas se mantenham, aprofundem e ganhem massa crítica, deve valorizar a constituição ou reforço do associativismo, da cooperação, ou seja, da organização livre, pelas mais diversas razões, das populações. O Estado deve estar preparado para contribuir para a consolidação e fortalecimento dessas organizações e para, quando daí resultar manifesto interesse público, delegar competências e responsabilidades.

A democracia constrói-se todos os dias e colocamo-la em risco sempre que aceitamos concentrá-la num momento eleitoral, de quatro em quatro anos, em que se elegem os nossos representantes.

ABRIL E MAIO

Abril e Maio enchem as ruas



A central sindical de classe exige aumentos extraordinários dos salários.

Milhares de pessoas saíram às ruas de todo o país para celebrar e defender Abril e Maio. De acções mais localizadas aos massivos desfiles de muitos milhares, nomeadamente em Lisboa e no Porto, é o carácter popular e de massas que continua a ser marca destas celebrações combativas e que contaram com expressiva afluência, mesmo comparando com anos anteriores à pandemia.

Isabel Camarinha, secretária-geral da maior central sindical nacional, a CGTP-IN, falou aos trabalhadores, no fim do desfile do 1.º de Maio, que voltou a inundar a Avenida Almirante Reis, terminando, como habitual, na Alameda D. Afonso Henriques.

«A CGTP-IN aqui está, com os trabalhadores e a força do trabalho para rejeitar os que com jeitos mais autoritários ou mascarados de modernos, querem impor a lei do salve-se quem puder, do cada um por si, do menos Estado e dos que querem transformar em negócio de alguns, os direitos conquistados de quem trabalha». Perante milhares de trabalhadores de vários sindicatos e movimentos, a líder da CGTP lembrou que apesar dos argumentos usados por Governo e patronato para justificar o acentuado aumento do custo de vida, é inadiável uma resposta para os trabalhadores. «Se o Governo está preocupado com o aumento dos preços, porque se recusa a impor medidas que conduzam à fixação de preços máximos nos combustíveis e onde impera a especulação?».

O disparar dos preços nos primeiros meses do ano significou já uma perda significativa no poder de compra e nos rendimentos de quem trabalha, referiu: «os salários e as pensões de reforma já foram comidos em 7%, um trabalhador com um salário de 800 euros, já baixou para 744, perdeu 56 euros». «Perdeu-os agora e é agora que o poder de compra tem que ser reposito», venceu. A CGTP recusa que os aumentos salariais provoquem uma «espiral da inflação», como tem chan-

tageado o executivo, criticando as opções do mais recente Orçamento do Estado, aprovado sexta-feira na generalidade, e que, afirma Isabel Camarinha «passa ao lado das dificuldades dos trabalhadores» e das medidas necessárias para o País avançar e se desenvolver. Sem uma evolução geral, Portugal transforma-se num «país de salários mínimos».

Assim, a central sindical de classe exige aumentos extraordinários dos salários, inclusive dos que foram actualizados, mas cuja revisão foi “comida” pela inflação, o aumento extraordinário do salário mínimo nacional para 800 euros a partir de 1 de Julho de 2022, 90 euros de aumento salarial de aumento para todos os trabalhadores, bem como o aumento extraordinário de todas as pensões e reformas, num mínimo de 20 euros. O aumento dos salários «já era uma urgência nacional», disse a secretária-geral, mas que com a evolução da situação económica e social torna-se uma questão central. Um em cada dez trabalhadores empobrece mesmo trabalhando, e de uma em cada quatro crianças ser pobre, situação que a sindicalista classifica de “vergonha”. «Porque pobres são os seus pais, e mais pobres ficarão se o SMN não subir, já a partir de Julho para os 800 euros, no caminho dos 850 euros a curto prazo».

Este aumento geral dos salários e rendimento é «necessário e é possível», defende a CGTP-IN, e apresenta forma de concretizar: através de uma melhor distribuição da riqueza produzida diariamente pelos trabalhadores. «Uma melhor distribuição da riqueza é um motor do crescimento e do desenvolvimento económico, que, com mais consumo, permite que as empresas produzam mais e vendam a sua produção, que o Estado arrecada mais meios financeiros para melhorar a sua actividade, que se crie emprego».

A central sindical não esquece a importância da criação de mais emprego com mais direito e da revogação das normas gravosas da legislação laboral.

A VOZ dos livros



Memórias do Realismo Mágico, de Pedro Estorninho

Depois do seu livro *Origens* construído a partir de histórias do Alentejo e do seu povo, Pedro Estorninho, poeta, actor e prosador, regressa ao seu espaço de memórias e de afectos para nos contar novas histórias desse universo mítico, onde os homens e mulheres, ainda hoje, labutam e sofrem as desigualdades chocantes de um território que os diversos poderes centrais, o PSD e o PS, foram desvirtuando, ao longo destas últimas décadas, afastando-o da esperança que nasceu com o 25 de Abril e se alargou com a sua mais bela conquista: a Reforma Agrária.

Esta é a história do doutor Venâncio, um médico vindo da cidade para o interior do Alentejo, sendo o único da sua profissão *naquele mapa de campo, montes, aldeias e vila*.

Pensando estar de passagem, como muitos médicos antes dele, Venâncio vai criando raízes, afeiçoando-se aos homens e mulheres que com ele convivem, contam histórias de tempos vividos, tricas, copos, petiscos e ali decide, por fim, ficar.

Se o título desta narrativa de Pedro Estorninho nos parece remeter para o *realismo mágico* de Gabriel Garcia Marquez, o certo é que a magia de que nos fala o autor provém sobretudo das histórias que são contadas pelos habitantes do lugar, entre petiscos e bom vinho de pipa. Aqui, e no diferente cenário do de Manuel da Fonseca, não é já o *Largo que é o centro do mundo*. O centro deste mundo pequeno, onde tudo acontece, onde tudo se diz, onde as memórias desse pequeno núcleo se soltam e reconstroem, é a taberna, como já o era num dos últimos livros do grande poeta de Santiago de Cacém, no seu modelar livro de crónicas alentejanas, *Á Lareira, Nos Fundos da Casa Onde o Retorta Tem o Café*.

Do mesmo modo, este livro de Estorninho levamos, através da figura do médico, para um outro livro grande da nossa literatura e do neorealismo, que é o segundo volume de *Retalhos da Vida de Um Médico*, de Fernando Namora, quando ele, jovem médico, chega, nos anos 1950, ao Alentejo e se depara com uma realidade diversa da que havia experimentado na aldeia beirã de Monsanto. Também neste livro de Namora o pícaro e o mágico atravessam a narrativa. Assim, este livro de Pedro Estorninho, caminhando pelo mesmo espaço, embora retomando outras memórias, está em boa companhia. E recomenda-se.

Memórias do Realismo Mágico, de Pedro Estorninho – Edição Página a Página/2021

Domingos Lobo

LEGISLATURA

Programa de Governo não resolve problemas estruturais

Na base do terceiro programa do Governo, que foi discutido pela Assembleia da República no início de Abril, esteve o programa eleitoral do PS às eleições legislativas. A discussão terminou com o chumbo da moção de rejeição do Chega, que teve votos contra de PS, PCP, BE, PAN e Livre e abstenções de PSD e IL.

Apesar de, no início do debate parlamentar sobre o programa do Governo, o primeiro-ministro ter anunciado um novo pacote de medidas direccionadas à contenção dos aumentos de preços dos bens energéticos e agro-alimentares, o Executivo de António Costa foi criticado por se limitar a apontar soluções temporárias e, deste modo, insuficientes para atenuar a resposta aos problemas dos trabalhadores.

O programa eleitoral do PS previa a celebração de um acordo de concertação social para aumentar até aos 900 euros o salário mínimo nacional, mas apenas em 2026, ficando muito aquém das necessidades.

Ainda antes de começar a guerra na Ucrânia, que vai obrigar o Executivo a alterar o cenário macroeconómico inserido na anterior proposta de Orçamento do Estado (OE), o programa com que o PS se apresentou às legislativas previa que até 2026 a dívida pública se reduzisse para valor inferior a 110% do Produto Interno Bruto (PIB) e que se assistisse a um aumento médio do rendimento dos trabalhadores em 20%. Estas metas põem em causa o aumento urgente no financiamento dos serviços públicos, bem como aumentos na função pública que reponham a penalização da última década.

O programa de Governo em 10 medidas:

1 - Aumento das pensões até 1097 euros

Para além do aumento regular das pensões que varia entre 0,24% e 1%, há um aumento extraordinário de dez euros para todas as pensões até 1097 euros, seguindo o que se tinha feito nos anos anteriores, por proposta do PCP. O aumento entra em vigor com a aprovação do OE 2022 e é retroactivo a 1 de Janeiro deste ano.

2 - Salário mínimo (SMN) para 900 euros só em 2026

O Governo sublinhou que a evolução do salário mínimo estará sempre condicionada à situação macroeconómica. O programa define que, de forma faseada, o SMN deve atingir “pelo menos os 900 euros até 2026”. É uma subida média de 20% por ano, mas incerta e dependente da evolução económica.

3 - Creches gratuitas até 2024

As creches passarão a ser gratuitas, mas de forma gradual, até 2024, começando este ano com as crianças do primeiro ano de creche. A rede pública também será alargada com mais 20 mil novos lugares, não garantido para já uma extensão a todo o território.

4 - Referendo à regionalização em 2024

O Governo mantém a intenção de criar condições para a realização de um referendo à regionalização em 2024, que tem de ser proposto pela Assembleia da República. Até lá, o processo de descentralização de competências, que está em curso, será avaliado, e as Comissões



Reformados apelam à emergência social para exigir maiores aumentos nas pensões e reformas.

de Coordenação e Desenvolvimento Regional passam a assumir competências descentralizadas nas áreas da educação, saúde, cultura, ordenamento do território, conservação da natureza e florestas, formação profissional e turismo, o que significa que se extinguem as entidades regionais dedicadas a estas áreas.

5 - Interior com menos portagens ficou esquecido

Uma das promessas eleitorais do PS já ficou pelo caminho em relação ao OE de 2022, nomeadamente a da redução do valor das taxas das portagens nas autoestradas, facto que já foi denunciado pela Plataforma P'la Reposição das SCUT A23 e A25.

6 - Tolerar a precariedade

O governo afirma que serão impostos às empresas patamares obrigatórios de contratos sem termo e a obrigatoriedade de contratos de trabalho para os trabalhadores dos postos digitais. Assim, continua a sugerir que existe uma linha a partir da qual as empresas podem recorrer à precariedade, ao arripio da lei, que prevê que a cada posto de trabalho efectivo deve corresponder um vínculo laboral permanente.

7 - Menos 660 mil pobres até 2030, sem erradicar a pobreza

O OE deverá passar a incluir um Relatório sobre as Desigualdades, por forma a orientar as medidas que o Go-

verno pretende implementar para tirar 660 mil pessoas da situação de pobreza até 2030, ficando na mesma o país com 10% de cidadãos nesse patamar.

8 - Professores em residências de estudantes

A um dos maiores desafios da próxima legislatura, a falta de professores, o Governo sugere responder com uma medida superficial: em vez de aumentar salários e controlar a especulação imobiliária, o Executivo pensa abrir as residências de estudantes - já de si insuficientes - aos professores deslocados, para tentar garantir mais candidatos à docência.

9 - Defesa aumenta despesas em linha com a NATO

Para a “reafirmação do compromisso” com a NATO de “aumentar a despesa em Defesa” não faltará orçamento, segundo o programa do PS.

10 - Promessa repetida de médicos de família para todos

Como na anterior legislatura, volta a promessa de atribuir médico de família a todos os cidadãos, pretendendo para isso rever a especialidade de Medicina Geral e Familiar para fixar médicos em zonas mais necessitadas. A exclusividade no SNS, que começa de forma voluntária com os médicos, continua a não assentar em aumentos salariais e melhores condições de trabalho.

HEGEMONIA



Fila de racionamento durante a Segunda Guerra Mundial.

Economia de guerra: os mesmos de sempre a pagar

Hugo Dionísio

A guerra provoca efeitos que variam em função da posição que cada um ocupa. Vejamos o caso dos 51 representantes do congresso dos EUA, os quais, no dia seguinte à morte do general Iraniano Soleimani, ordenada por Donald Trump, viram as suas ações valorizar. A simples possibilidade de resposta militar por parte do Irão, e o enfrentamento que daí poderia resultar, foi suficiente para que as maiores empresas do complexo militar industrial dos EUA se valorizassem.

A existência deste complexo, que consume cerca de 750 mil milhões de dólares anuais, determina, por si só, a constância de conflitos militares, sejam diretos ou por procuração. A verdade é retumbante: se após o colapso da URSS foram vastas as promessas de paz, liberdade e democracia, aquilo a que assistimos demonstra precisamente o contrário. O mundo unipolar, dominado de forma hegemónica pelos EUA, é um mundo de constante agressão. De acordo com o Instituto para a Pesquisa e Investigação da Paz de Estocolmo, o SIPRI, desde 1997 que os gastos militares têm vindo a subir em todo o mundo, atin-

gindo valores muitíssimo mais elevados que no tempo da guerra fria.

Ao mesmo tempo que esta realidade ganha forma, vão-se perpetuando alguns dos dramas humanos que mais afligem quem paga todo o investimento em armamento – os trabalhadores e os povos.

Tal é a desproporção na forma como o poder capitalista mundial trata questões como a fome, que, de acordo com uma estimativa da organização Worldbeyondwar, apenas 3% do orçamento militar anual dos EUA seriam suficientes para terminar com a privação alimentar que aflige milhões de seres humanos.

Ao mesmo tempo que se acusam outros países de violações de direitos humanos, são a NATO, a EU e os EUA que mais morte e destruição no mundo causam. Mais importantes que os custos económicos das guerras, são os elevadíssimos custos humanos. Desde 2001 que morreram, pelo menos, 929 mil pessoas, contando apenas as que resultaram da violência directa promovida pelas várias guerras. A estes, teremos de somar os mais de 38 milhões de refugiados (Afeganistão, Líbia, Somália, Síria...) e os incontáveis mortos resultantes da destruição, privação material e da violência indirecta.

Os efeitos da guerra na economia não se resumem aos investimentos que os trabalhadores têm de suportar, para uns poucos privilegiados terem de ganhar. São pelo menos 35 os países sujeitos a sanções unilaterais, ilegais e ilegítimas dos EUA. Regra geral, a EU, de forma coordenada ou enquadrada pela NATO, segue a tendência e aplica o mesmo tipo de sanções, também aos mesmos países. Entre estes, podemos encontrar todos os que foram vítimas da intervenção militar dos EUA/NATO.

Só no Iraque, as sanções, nos anos 90, provocaram mais de um milhão e meio de mortos, grande parte crianças. Esta realidade está bem documentada pelo Centro para a Justiça Internacional de Genebra e pela própria Unicef. As sanções constituem um instrumento criminoso de pressão sobre os países que rejeitam aplicar ou respeitar as orientações dos EUA/NATO/EU.

Mas se as sanções unilaterais ou, excepcionalmente, enquadradas pela ONU, constituem uma forma de guerra económica, destruindo – na maior parte dos casos – as economias dos países visados e com isso, impedindo essas nações de se desenvolverem e de investirem no bem-

-estar dos seus povos, os seus efeitos não se verificam apenas nos próprios visados.

Quando os países sancionados assumem especial importância nas cadeias de distribuição e fornecimento, a aplicação das sanções acaba por ricochetear contra os próprios. Tal sucede com as sanções à Rússia, aplicadas na sequência da sua intervenção militar na Ucrânia. A Rússia tornou-se, de um dia para o outro, o país mais sancionado do mundo.

A Rússia é um dos maiores exportadores de matérias-primas, entre elas o gás natural, o petróleo, ferro, zinco, paládio, e ainda mais importante, cereais, uma das bases fundamentais da nossa alimentação. A Europa era – e ainda é – um dos principais clientes, baseando a competitividade da sua indústria, em grande parte, na proximidade, grande quantidade e preço reduzido das matérias-primas de origem russa. Cerca de 40% do gás natural consumido na Europa é de origem Russa, só para dar um exemplo.

Assim, o que nos tem sido possível observar é o encarecimento, ainda mais pronunciado – o qual já vinha de 2021 – de toda a energia, seja ela gás, combustíveis automóveis ou eletricidade. Contudo, as restrições às exportações russas no âmbito dos cereais, pelo menos para alguns mercados, bem como a queda da exportação de cereais vindos da Ucrânia (Rússia e Ucrânia produzem mais de 25% do trigo mundial) têm contribuído para o aumento do preço da alimentação, em geral.

O facto é que em resultado do encarecimento de diversos factores de produção – energia e matérias-primas – tal tem resultado no aumento progressivo da inflação, tendência que também já vinha de trás, mas que se agrava agora neste quadro.

Este enfrentamento assume ainda outro efeito bem real para os trabalhadores e o povo, nomeadamente aqui em Portugal; o aumento das despesas militares, opção do governo maioritário do PS, seguindo a tendência europeia e as, nunca até aqui cumpridas, regras da NATO (que sinaliza um investimento anual no montante de 2% do PIB).

Num quadro de inflação crescente, com aumento generalizado dos preços, redução do ritmo de crescimento económico, o aumento das despesas militares é mais um sinal dado pelo executivo governativo aos trabalhadores e suas famílias de que não esperem melhorias nos serviços públicos, como a segurança social, a educação, saúde ou habitação. Muito pelo contrário, tudo aponta para a sua continuada degradação.

Esta realidade, que nos é apresentada como inevitável e que resulta tão somente das opções políticas, apenas reforça uma constatação: é que quem paga as guerras, de uma forma ou outra, são sempre os mesmos, os trabalhadores e os povos – no corpo, no estômago e no bolso.

TEATRO



Foto de Filipe Ferreira

Esta é a Minha História de Amor

A realidade do amor resistente em tempos de ditadura

Mónica Baptista, professora de cinema

Amar era complicado. As palavras proferidas por Isabel do Carmo no início de “Esta é a Minha História de Amor” são paradigmáticas daquilo que é o centro gravitacional do espectáculo que a companhia Hotel Europa levou a cena na sala estúdio do Teatro Dona Maria II, entre 17 de Março e 10 de Abril. Interessava a André Amálio e Tereza Havlíčková o ponto de vista do amor e das relações amorosas, perante a luta e resistência à ditadura fascista.

Os dois criadores (Amálio intérprete e responsável pela dramaturgia, e Havlíčková pelo movimento) sentiram necessidade de ouvir as pessoas que tinham vivido

na clandestinidade, mergulhando essencialmente no universo de Isabel do Carmo, Armando Morais e Mariana Morais, Margarida Tengarrinha, Adolfo Maria e Gouveia de Carvalho, deixando-as aprofundar os seus relacionamentos, experiências familiares e afectos. As histórias que estes casais, pais, filhos e camaradas de luta lhes contaram originou esta peça de teatro documental, que culminou um ciclo de trabalhos cénicos a que Amálio e Havlíčková chamaram “Dos Amores”.

A resistência do amor na clandestinidade

É assim que, à nossa frente, Mariana Morais fala de como viveu na clandestinidade desde que nasceu, em 1949, até ao 25 de Abril. Morou em dezenas de casas por

todo o país, como filha de militantes do Partido Comunista e, mais tarde, como funcionária do mesmo partido. Teve vários nomes falsos; foi na clandestinidade que conheceu e se apaixonou à primeira vista por Armando Morais. Casaram, tiveram dois filhos; tentavam manter a família e uma rotina, apesar das dificuldades e incertezas. Por isso, o que subjaz, quando os vemos em palco de mão dada, ao fim de décadas juntos, é o amor que resistiu e se impôs durante os anos em que tentavam levar uma vida “normal”.

Falar da capacidade para amar destas mulheres e destes homens em luta contra a ditadura era o foco. O resto estava lá: as prisões, o exílio, as torturas, a militância, as separações e as fugas. O equilíbrio dramático fazia-se com a presença de André Amálio, que nos conduzia ao longo do processo criativo que, com a co-criadora, desenvolveu durante os dois anos de encontros prévios com os intervenientes.

Os testemunhos reais e a flexibilidade de processo criativo

Vários são os episódios que nos fazem vacilar ao longo da peça: André Amálio relata, através do que escutou, a noite em que Margarida Tengarrinha soube que o seu marido, o pintor José Dias Coelho, tinha sido assassinado; Mariana Morais confessa que ainda hoje escreve sempre o seu nome completo, pois sabe o valor que é ser dona da sua própria identidade; o filho de Adolfo Maria descreve em detalhe a prisão do seu pai.

Para ambos os criadores de “Esta é a Minha História de Amor” foi crucial contar as histórias que estes resistentes ao fascismo em Portugal tinham necessidade e urgência de testemunhar - aproximando-as de um quotidiano afectivo e político perigoso, apesar de tudo compensador.

Em suma, ao lado da resistência política e ideológica que enfrentaram aconteceu também a resistência das relações e do amor. Pessoas como nós, que apenas não aceitaram o jugo a que estavam submetido. Para quem a liberdade individual e colectiva, e o amor andaram e andam sempre de braço dado.

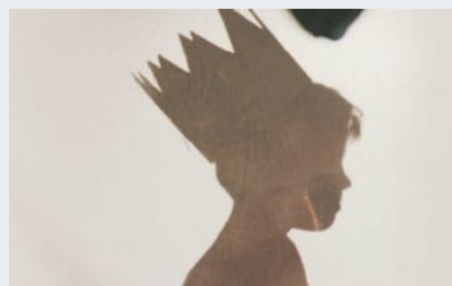
Sugestões culturais

Um diário de leituras
Alberto Manguel



Que pode haver em Goethe que remeta para a Argentina da ditadura militar? Será possível ler a invasão do Iraque em Dom Quixote? Quando se abre um livro, não se encontra só a história que está nas páginas. Associações, memórias, tudo se mistura no acto da leitura. Manguel regressa a 12 livros preferidos e anota a ligação directa entre a literatura e a vida.

“O gigante egoísta e o príncipe feliz”
Teatro



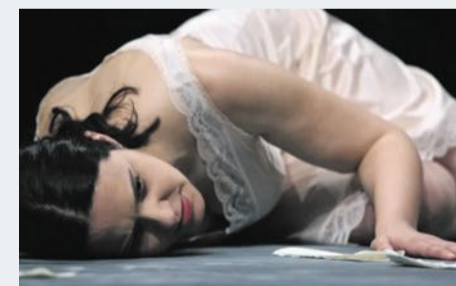
Oscar Wilde está de regresso ao palco da Biblioteca Municipal de Sintra, pela mão do Teatro Tapa Furos. Aborda-se a partilha e um mundo de encantar, onde anjos sussurram entre o arvoredo, misturam-se nos matizes que o Sol insiste em oferecer, confundindo de beleza o humano olhar. Até 29 de maio.

ENLEIO
Festival de Danças do Mundo



3, 4 e 5 Junho, o Palácio do Sobralinho (Vila Franca de Xira) recebe este festival dedicado às danças do mundo, com workshops, bailes, DJ sets. Do Forró, ao Hiphop, da Bachata aos Blues, há ainda espaço para aprender a construir instrumentos musicais e bailes para pais e filhos. A entrada é livre para crianças com idade inferior a 6 anos.

Noites de Caxias
Teatro Municipal Joaquim Benite



A partir do romance As longas noites de Caxias, de Ana Cristina Silva, o encenador Ricardo Simões adapta a história verídica de duas mulheres que viveram a ditadura em Portugal. Helena, agente da PIDE que se dedicou a aperfeiçoar métodos de tortura e Laura, presa e torturada por Helena. Em cena dias 14 e 15 de maio.

A espiral dos lucros vive à conta dos baixos salários



São precisas medidas para travar aumentos nos bens alimentares.

Tiago Cunha, economista

Portugal caracteriza-se por uma elevada desigualdade na distribuição da riqueza, nomeadamente entre o trabalho e o capital, contexto agora agravado pela acentuada subida de preços de bens e serviços essenciais, com o Governo a anunciar que não iria rever a política salarial para evitar uma “espiral inflacionista”. Segundo o executivo, seria contraproducente aumentar salários nesta fase, pois seriam absorvidos pelo aumento de preços que tal prática provocaria.

Acontece que a ligação entre salários e inflação carece de fundamentação, desde logo empírica. Em Portugal, a massa salarial aumentou a partir de 2015, com valores de inflação médios de 0,7%.

Também uma leitura da evolução dos salários reais e da variação dos preços, tendo como base o ano de 2015, demonstra que países com diferentes evoluções salariais tiveram comportamentos na inflação diversos. Analisando duas economias referidas como o “motor da Europa”, verificamos que, quer em França, quer na Alemanha, a evolução da inflação é quase simétrica, com salários a aumentar na Alemanha e a reduzir em França, com variações muito aproximadas do total de assalariados nos dois países.

A inflação cresce, os lucros crescem, as desigualdades aumentam

No nosso país, o aumento da inflação tem uma origem em factores externos que já se verificavam antes da guerra e em elementos especulativos que esta veio potenciar.

Com a pandemia, entre outros factores, as cadeias de produção e essencialmente de distribuição foram interrompidas e ainda não estão totalmente repostas. Num país fortemente dependente do exterior, esta situação causa dificuldades acrescidas no acesso a bens que temos de importar, com impacto nos preços.

Por outro lado, com a guerra e as sanções, um conjunto de empresas na área da energia, e mais especificamente nos combustíveis, aproveitaram a oportunidade para aumentar os lucros à conta do aumento dos preços.

As palavras recentes do alto responsável da GALP, Andy Brown, são paradigmáticas. Como refere o Observador, “*«Os produtores é que estão a ganhar, não são os distribuidores nem os refinadores».* A Galp é as três coisas”.

A EDP distribuiu dividendos superiores a 750 milhões de euros. Dezanove grandes grupos económicos, em 2021, acumularam lucros líquidos de mais de 5,1 mil milhões de euros, cerca de 14 milhões de euros por dia. Em 2020, foram transferidos para paraísos fiscais perto de 7 mil milhões de euros. São valores que traduzem a elevada concentração da riqueza nas mãos de uma minoria e que o Governo não só não combate, como favorece.

Aumento do custo de vida impacta sobretudo camadas mais empobrecidas

O aumento dos preços (mais 5,3% em Março, em comparação com o mesmo mês de 2021), tem implicações mais acentuadas na população de menores rendimentos e é maior nuns produtos que noutros, tendo os transportes (11%) e produtos alimentares (7,2%) verificado os maiores aumentos.

É a população com menores rendimentos a que mais

depende (em proporção do rendimento total) na alimentação. Os 20% com menores rendimentos (1º quintil) gastam quase um quinto do rendimento em produtos alimentares, enquanto os 20% mais ricos (5º quintil) gastam pouco mais que um décimo.

As despesas de alimentação são as mais afetadas em relação ao rendimento familiar

Assim, a inflação afecta mais os que menos têm. Para estes, o aumento do custo de vida é mais acentuado do que o valor que a inflação indicia. Os produtos que mais consomem estão a ter um maior incremento no seu custo que os 5,3% apurados pelo INE para a inflação em Março.

O Orçamento do Estado para 2022 negligencia o agravamento das condições de vida provocado por esta dinâmica dos preços.

O Governo recusa quaisquer medidas que ponham travão ao aumento dos lucros. O ministro da Economia apressou-se a descansar os grandes accionistas e os gestores. Uma eventual taxa sobre os lucros extraordinários não está a ser equacionada. Medidas de fixação dos preços, nem pensar. E seriam precisamente estas medidas aquelas que garantiriam, no imediato, que as populações e as empresas não tivessem de arcar com a manutenção e crescimento dos lucros das empresas destes sectores.

Para travar os preços nos bens alimentares, além de impedir os elementos especulativos no circuito da distribuição, são precisas medidas para garantir – ou que pelo menos aproximar – um nível de soberania alimentar. A política agrícola e piscícola imposta traduz-se na dimensão da dependência face ao exterior, obrigando a comprar lá fora aquilo que deixámos de produzir cá dentro.

Aumento geral dos salários e das pensões é urgência nacional

A valorização dos trabalhadores e do trabalho há muito que prima pela ausência das prioridades dos sucessivos governos PS e PSD.

Por mais que seja propalada a intenção de romper com o modelo assente na precariedade e nos baixos salários, aquilo que se verifica são medidas e uma política que o alimenta e perpetua.

O Governo pode e tem de rever o aumento do SMN, que de “histórico” passou a irrisório para fazer face ao aumento do custo de vida.

O aumento geral dos salários proposto pela CGTP-IN, em 90 euros para todos os trabalhadores, é essencial para responder às necessidades, algumas básicas, que milhares de portugueses não conseguem satisfazer.

Com todas as insuficiências e limitações que caracterizam os últimos anos, os efeitos do aumento da massa salarial na dinamização da economia, na evolução do emprego e no ritmo de crescimento económico, podem ser contrapostos aos tempos da troika.

É uma questão de opção, não podendo o Governo continuar a escudar-se no falso argumento da “espiral da inflação” para manter e acentuar a espiral dos lucros.